



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 025

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Pastor Edson Praczyk*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 025

002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final..... 03

2ª Discussão 03

1ª Discussão04

Encerramento da Sessão08

Publicações:

Comissão Executiva

Atos.....08

Diretoria Geral

Portarias08

Portaria DAT09

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 10

Segurança Pública..... 11

DIÁRIO Nº 025

002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 002ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

30 DE MARÇO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Ademir Bier e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari,

Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados: Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores no Pequeno e Grande Expedientes nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 512/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui a semana da orientação sobre a gravidez na adolescência, na primeira semana do mês de maio. **Aprovada. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 075/09, de autoria da Deputada Dobrandino Amaral, que declara de utilidade pública a Associação São Miguel, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/09, objetiva abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CF, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 039/09

P A R E C E R :

O presente projeto tem por objetivo autorizar abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, sendo pois remetida para esta comissão, para que seja avaliado o aspecto financeiro.

A LC nº 101/00, de Responsabilidade Fiscal, é clara ao dispor que:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A partir disso, foi solicitado ao Poder Executivo maiores informações acerca do projeto, especificamente no que tange ao cancelamento das despesas ao orçamento efetivadas por emendas parlamentares. Como resposta, foram enviados diversos documentos, os quais seguem como anexo ao presente (Informação nº 054/09, COP/SEPL). Ocorre que, pela efetivação da soma dos valores fornecidos, o resultado é diverso do primeiramente informado. Em outras palavras, o resultado oficialmente fornecido e o obtido pela soma dos documentos enviados é diferente. Assim, o valor divulgado é de R\$ 12.620.000,00 e a conta chega ao resultado de R\$ 11.951.000,00, restando diferença de R\$ 669.000,00 a menos. Com base nisso, faz-se indispensável a apresentação desse valor complementar, seja pelo rigor legal na matéria que diga respeito à verba pública, seja para possibilitar a efetiva fiscalização por parte do Poder Legislativo.

Entretanto, antes de finalizar o parecer, indispensável se dizer que foi anexada ao presente Ata referente ao Protocolo de Intenções firmado entre o INSS e o Estado do Paraná, pelo que se denota que o pagamento da área será consubstanciado por verbas oriundas metade do Poder Judiciário e metade do Poder Executivo. Em que pese relevante o dado listado, não tem o condão de satisfazer plenamente o exigido pela lei, restando necessário o envio das informações complementares.

Adite-se ainda que, chegou ao conhecimento deste relator, através de cópias autenticadas que juntamente ao presnete, da existência de títulos de propriedade da área em discussão que fazem supor, no mínimo, a possibilidade de questionamentos judiciais impeditivos da negociação em andamento, motivo pelo qual, apresenta uma emenda aditiva tendente a assegurar ao Estado a exata aplicação dos recursos apenas na hipótese da total lisura e legalidade da titulação do imóvel.

Por ser assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, com a ressalva de que o Poder Executivo junte aos autos do projeto as informações sobre a diferença encontrada e da total legalidade da transcrição, com a emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/09

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

“Art. ... Fica o Poder Executivo autorizado a abertura de crédito ora aclamado, desde que ao Estado,

seja dada a Garantia não só da posse como da propriedade por parte do vendedor do Imóvel, ora Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da área em negociação. Não havendo a garantia de titulação expressa das áreas a serem adquiridas pelo Estado, o valor constante para o orçamento, deve ser depositado em juízo, resguardado o Estado de futuras demandas judiciais decorrentes de discussões acerca da posse e propriedade destas”.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento:

Antonio Belinati.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 039/09

P A R E C E R :

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 002/09, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta autorizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais), visando atender despesas com a aquisição de imóvel para instalação de estacionamento e de jardins da futura sede do Centro Judiciário.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamentos que ocorrerão da seguinte forma:

- R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) provenientes do recolhimento de recursos do Tribunal de Justiça ao Tesouro Geral do Estado;
- R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) provenientes de cancelamento da Secretaria de Obras Públicas;
- R\$ 12.620.000,00 (doze milhões, seiscentos e vinte mil reais) proveniente de cancelamentos nas Emendas Legislativas.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constituição e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

Art. 135 São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Assim como o artigo 43 da Lei nº 4320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesas e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II, III, IV, V e VI.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Quero registrar voto contrário ao mérito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que fica instituído no Estado do Paraná o Dia Estadual da Polícia Federal, como sendo a data de 08 de março. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/07, de 08/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 725/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, institui o Dia Estadual da Polícia Federal, como sendo a data de 08 de março.

Analizando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbices no âmbito constitucional.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº

095/98, em seu artigo 9º, quanto à cláusula de revogabilidade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto, com a emenda corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 725/07

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/09, que propõe reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná a vigorar a partir de 1º de maio de 2009. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 079/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 009/09, para este Legislativo a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa a proposta de fixação de SM - Salário Mínimo Regionalizado. A proposta abrange os empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no anexo I do presente projeto de lei, com fundamento forte nas constituições Federal e Estadual e em especial na Lei Complementar 103/00 de 14/07/00. A proposição é válida no Estado do Paraná a partir de 01/05/09.

Fundamentação

Inicialmente é importante destacar que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 7º o direito dos trabalhadores a um piso salarial proporcional a extensão e complexidade do trabalho, *literis*:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

A Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 66, I, que são de iniciativa do Governador

as leis que disponham sobre remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, *literis*:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Logo a mensagem do Governo está perfeitamente enquadrada dentro das normas e dos pressupostos de admissibilidade legislativa sendo legítima a sua iniciativa e perfeita a sua constitucionalidade no âmbito estadual.

Nesse sentido a Lei Complementar nº 103/00, autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o Piso Salarial Regional de que trata o artigo constitucional supracitado, para os empregados que não tenham piso salarial definido em Lei Federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. A própria Lei Complementar também determina, em seu artigo 1º, que o Piso Salarial deve ser instituído mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, *literis*:

Art. 1º Os Estados e Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida:

I - no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais;

II - em relação à remuneração de servidores públicos municipais. (grifo nosso).

(...)

Desta forma uma vez que não está sendo apostado no segundo semestre do ano eleitoral ou em relação à remuneração dos servidores públicos municipais, fica claro que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e o mesmo não encontra óbice na Lei Complementar nº 103/00.

Técnica Legislativa

No que se refere à técnica legislativa o Projeto de Lei em análise não encontra nenhuma vedação prevista nas normas técnicas de elaboração das leis encampadas pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do exposto sendo incontroversa a legalidade e a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30/03/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Estamos votando a constitucionalidade hoje e votaremos favorável, para que não fique dúvida nenhuma que a Bancada da Oposição é contra o aumento do salário mínimo regional.

Amanhã iremos apresentar emendas que achamos necessárias, não para tirar benefício ou reduzir o salário-mínimo. Pelo contrário, vamos pedir que esse aumento que o Governo está propondo para a iniciativa privada também seja aplicado para o setor público. É muito fácil fazer cortesia com chapéu alheio. O Governo tem que dar o exemplo.

Gostaria de deixar registrada essa nossa posição e dos Deputados da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Ouvi as palavras do Deputado Elio Rusch. Espero que esta Casa possa ter a responsabilidade histórica e que, já no terceiro ano consecutivo, possamos estabelecer um referencial importantíssimo para poder superar essa profunda desigualdade social.

Sabemos que o novo piso salarial beneficia diretamente 170 mil trabalhadores que têm carteira assinada e que não são sindicalizados. Ao mesmo tempo, beneficia mais de 1 milhão de trabalhadores que não têm carteira assinada e que ganha salário-mínimo. E também serve como importante referencial para os acordos e convenções coletivas de trabalho, estabelecendo um piso salarial.

Até entendo, Sr. Presidente, que obviamente, no mérito da discussão, a Oposição vai tentar, de fato, pretender fazer uma discussão imprópria, que V. Exa. inclusive deve aplicar o Regimento da Casa. Como estamos discutindo a constitucionalidade, a Oposição vai votar a favor. Agradeço, em nome do Governo, o voto da Oposição para que esta Casa possa, unanimemente, aprovar o novo piso salarial regional, estabelecendo o maior piso de salário-mínimo do País, com R\$ 629. Então, agradeço aqui e a nossa base, claro, os companheiros que integram a base de apoio ao Governo, sempre pela sua lealdade, companheirismo, que tem votado firmemente e são fundamentais para que possamos avançar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, da Bancada do Partido Progressista - Deputada Cida Borghetti, Deputados Duílio Genari, Ney Leprevost e eu - vai votar com muita alegria, com muita emoção, esse projeto.

Eu pediria a V. Exa. que se registre na ata a presença, no dia de hoje, na Sessão desta Casa, dos ilustres representantes da Força Sindical e da CUT, mostrando que essas duas entidades estão lutando, defendendo aqui os servidores.

E lembrando, Deputado Romanelli, que o projeto que estende o aumento que o Requião está pedindo para os empresários pagarem seus funcionários, o projeto que estende o benefício para os servidores é de nossa autoria. Esperamos que os servidores públicos da ativa, e também inativos, igualmente sejam contemplados.

Parabéns à CUT! Parabéns a Força Sindical! Continuem defendendo a classe trabalhadora.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tenho uma dúvida. Gostaria de consultar V. Exa. Amanhã é segunda votação e cabem emendas. Consultaria V. Exa se serão recebidas as mesmas emendas do ano passado, que são aquelas emendas que atingem o funcionário público estadual que, de acordo com as Constituições Estadual e Federal, proíbe os Deputados de tratar desse tema.

Já sabemos que amanhã a Oposição vai usar desse tema político, que é para debater e fazer política. Gostaria de consultar V. Exa. se, como Presidente, vai receber, porque de acordo como determinam as Constituições Federal e Estadual, não podemos legislar nessa questão. Gostaria de saber se V. Exa. receberá todas as emendas amanhã, se podemos fazer essas emendas referentes ao mesmo aumento e dar aos demais servidores do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa.

V. Exa. se revela, já há um bom tempo, um bom constitucionalista. Realmente, essas emendas são inconstitucionais, mas não é o Presidente da Casa que vai julgar hoje. Vamos receber as emendas amanhã e aí sim tomamos a decisão.

Parabéns pela questão de ordem de V. Exa., que se revela, como eu disse, além do Deputado Romanelli, outro grande constitucionalista.

Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Gostaria que não quiséssemos essa emenda, porque a inconstitucionalidade seria uma emenda no projeto, que hoje estamos votando, da mesma forma que um projeto pessoal dos Deputados.

Então, quem quiser apresentar emendas para aumento de servidor público, faça um projeto em separado para não prejudicar o aumento dos nossos trabalhadores que o Governo pretende sancionar até o dia 1º de maio, como homenagem aos trabalhadores do Estado do Paraná, mantendo o salário-mínimo do Paraná um dos mais altos do Brasil.

Portanto, gostaria que não atravessássemos emenda, seguramente inconstitucional, para que possamos acabar amanhã com essa votação permitindo ao Governador do Estado sancioná-la e implantar já no dia 1º de maio, em homenagem ao trabalhador paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Perfeito, Deputado.

O SR. CARLOS SIMÕES (PR) (Pela Ordem)
Sr. Presidente, para que não haja dúvida, solicito votação nominal no painel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Vai se proceder a votação.
Os Deputados que forem favoráveis ao projeto, votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários, votam com a expressão NÃO.
Votando. Total: 52 Srs. Deputados presentes, por unanimidade.

(Aplausos)

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)
Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção, houve um equívoco da minha parte, aparece como abstenção, mas eu voto SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Cinquenta e dois votos SIM, unanimidade. **O projeto está aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Ibema - APMIF, com sede e foro no Município de Ibema. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/09, de 16/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 090/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Nereu Moura, declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Ibema - APMIF, com sede e foro no Município de Ibema, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Associação que se pretende declarar de utilidade pública estadual é Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Ibema - Paraná - APMIF e foro

que se consta no artigo 2º de seu Estatuto Social é a Comarca de Catanduvas, no Estado do Paraná, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 24/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 090/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de Ibema - Paraná - APMIF, com sede no Município de Ibema e foro na Comarca de Catanduvas, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.03.09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/09, de 16/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 091/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer, com sede e foro no Município de Curitiba no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 31, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 687/07 e 039/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 725/07 e 090/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 002/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 0458/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 8542, datado de 17/12/04, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - revogar o Ato da Comissão Executiva n° 173/06, publicado no Diário da Assembleia Legislativa de 24/03/06; e

2 - aposentar, a pedido, JOAO MARIA CAMARGO FERREIRA, matrícula n° 40410, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, NU-061, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo nos termos do artigo 3° da Emenda Constitucional n° 041/03 e artigo 8° da Emenda Constitucional n° 020/98, acrescidos de 03 (três) adicionais, de

acordo com o artigo 170 da Lei Estadual n° 6174/70; gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral, assegurado pelo disposto no artigo 3° da Lei Estadual n° 6794/76 e Ato da Comissão Executiva n° 223/00, conforme cálculos de fls. 152 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/03/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

Diretoria Geral**Portarias**

PORTARIA N° 058/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 3146, datado de 19/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do funcionário LUIZ FORNAZZARI NETO, matrícula n° 7790, para continuar prestando serviços junto à Diretoria de Controle e Recursos Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 059/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 996, datado de 09/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar na ficha funcional de SEBASTIAO TACIANO SOARES, matrícula n° 40185, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-05, com lotação na Coordenadoria de Segurança, o tempo de contribuição constante na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social - Fundo de Saúde, por 03 (três) anos e 10 (dez) meses, período compreendido entre 01/09/75 e 30/06/79; Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por 01 (um) ano, 06 (seis) meses e 28 (vinte e oito) dias, período de 03/02/84 a 30/08/85, totalizando 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, contados para todos os efeitos legais, conforme o artigo 129, inciso I, da Lei n° 6174/70; mais 01 (um) ano e 01 (um) dia por serviço militar, período de 17/01/61 a 18/01/62, contido no Certificado de Reservista n° 442951, contado para efeito de aposentadoria, nos termos do artigo 130, inciso II, da citada Lei n° 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 061/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11642, datado de 16/12/08, deste Poder,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 031/09, que passará a constar nos seguintes termos:

mandar anotar na ficha funcional de DANUTA SABAI, matrícula nº 40024, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, com lotação na Coordenadoria da Ata, o tempo de contribuição no total de 07 (sete) anos e 07 (sete) dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, já descontado o tempo em paralelo, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal: de 01/03/71 a 31/12/71 (10 meses) trabalhados na Prefeitura Municipal de Cruz Machado; de 11/05/74 a 31/03/76 (01 ano, 10 meses e 21 dias) em que trabalhou na Irmãos Giacomassi Cia. Ltda.; de 10/05/76 a 11/06/79 (03 anos, 01 mês e 02 dias) em que trabalhou na ORBRAM - Organização e Brambilla Ltda.; de 15/02/72 a 31/12/72 (10 meses e 17 dias) em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Cruz Machado; e de 12/02/73 a 31/12/73 (10 meses e 20 dias) em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Cruz Machado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 062/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3047, datado de 18/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná o funcionário deste Poder Legislativo, DANIEL OLECH, Matrícula nº 8317, para prestar serviços de assessoria ambiental junto à Diretoria de Controle e Recursos Ambientais, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 063/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 3048, datado de 18/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Governo do Estado do Paraná o funcionário deste Poder Legislativo, DENIS ALMEIDA NAPOLITANO, matrícula nº 8122, para prestar serviços de assessoria ambiental junto à Diretoria de Controle e Recursos Ambientais, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 065/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2910, datado de 13/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar em favor de TAYLOR EDNIR NIEDZWI-EDZ, matrícula nº 40110, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-05, com lotação no Gabinete Parlamentar do Deputado Dobrandino da Silva, o tempo de 02 anos, 01 mês e 28 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o artigo 201, parágrafo 9º, da Constituição Federal, em que trabalhou na Imobiliária Delta Empreendimentos e Administração Ltda, no período de 01/06/76 a 29/07/78, conforme certidão de tempo de contribuição do INSS em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portaria DAT**PORTARIA Nº 060/09 - DAT**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 16032 de 29/12/08,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 16032 de 29/12/08 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903009	2000	100	140.000,00
Total			140.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903024	2000	100	10.000,00
33904102	2000	100	130.000,00
Total			140.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 17/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto: ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissões**Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Fernando Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Rosane Ferreira, Waldyr Pugliesi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 725/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 423/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. Os Srs. Deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Carlos Simões e Douglas Fabrício votaram CONTRÁRIO. Os Srs. Deputados Artagão Júnior, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura votaram FAVORÁVEL ao parecer. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação às Proposições - Veto nºs 006/09 e 008/09. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei de utilidade pública nºs 090/09 e 091/09. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 687/07. O Sr. Deputado Waldyr Pugliesi apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 040/09 e o Sr. Depu-

tado Carlos Simões apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 028/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 03) Proposição-Veto nº 006/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 201/08 de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 008/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 180/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 090/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 091/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14277/03. Parecer do Deputado Caíto Quintana FAVORÁVEL às emendas de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 040/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 028/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 424/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer contrário do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. Os Srs. Deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Carlos Simões e Douglas Fabrício votaram CONTRÁRIO. Os Srs. Deputados Artagão Júnior, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Caíto Quintana, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura votaram FAVORÁVEL ao parecer; 11) Projeto de Lei nº 479/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 495/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 073/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 510/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior - Altera dispositivos da Lei nº 14087/03. Os Srs. Deputados Carlos Simões, Tadeu Veneri e Douglas Fabrício SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 511/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO, com voto em separado favorável do Deputado Artagão Júnior e com abstenção de votação dos Deputados Reni Pereira e Tadeu Veneri. Nada mais havendo a tratar, e para constar e

